

Veblen e a Psicologia dos Instintos

Veblen and Psychology of Instincts

Tales Rabelo Freitas^a

Resumo: Veblen é conhecido na literatura como o primeiro expoente institucionalista de ala heterodoxa. Entretanto, grande parte dos seus escritos sobre a natureza humana são negligenciados pelas abordagens institucionais contemporâneas. Para o autor, as propensões existentes na mente dos agentes econômicos são essenciais para explicar os objetivos das instituições. A importância dos instintos é evidenciada na maior parte de suas obras. Inclusive, alguns economistas julgam que o intitucionalista norte americano deu maior destaque para este componente do que as próprias instituições. Diante disto, julga-se de grande relevância o aprofundamento dos estudos sobre a teoria dos instintos e seu efeito na análise institucional de Veblen.

Palavras-chave: Institucionalismo; Instintos; Hábitos.

Classificação JEL: B15

Abstract: Veblen is known in literature as the first institutionalist exponent of the heterodox class. However, much of his writing on human nature is neglected by contemporary institutional approaches. For the author, the existing propensities in the minds of economic agents are essential to explain the objectives of the institutions. The importance of instincts is evidenced in most of his works. Even some economists believe that this component was even more prominent than the institutions themselves. That said, it is considered of great relevance the deepening of studies on the theory of instincts and its effect on Veblen's institutional analysis.

Keywords: Institutionalism; Instincts; Habits.

^a Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: tales.rabelo@hotmail.com

1. Introdução

Um dos elementos teóricos fundamentais para a compreensão da abordagem institucionalista de Veblen é a importância que este dá aos instintos, como componentes fundamentais da natureza humana, e sua interação com os hábitos. O primeiro trabalho do autor sobre o tema foi uma publicação em 1989, denominada *The Instinct of Workmanship and the Irsomeness of Labor*. Este foi o texto seminal que estabeleceu, antes mesmo da Teoria da Classe Ociosa, as bases para o entendimento dos determinantes da conduta humana na teoria Vebleniana. O tema volta a aparecer nos vários trabalhos do institucionalista, sendo inclusive considerado como a categoria fundamental para o entendimento mais amplo de suas ideias, podendo ser atribuído igual importância, senão maior, em comparação com as instituições (CAVALIERI, 2009).

Neste sentido, Veblen foi profundamente influenciado pela psicologia dos hábitos e instintos de William James e William McDougall. Os conceitos de instinto e hábito fornecidos por estes autores apontaram para um relato mais completo de como as motivações individuais evoluíram (HODGSON, 2004). Por outro lado, mesmo caindo em desuso a partir do período de entre guerras, a teoria dos instintos teve um breve protagonismo na sociologia norte americana, influenciando as análises da dinâmica industrial de muitos autores da época, como Carleton Parker (1918), Ordway Tead (1918), Frank Watts (1921), John M. Clark (1918), entre outros.

Considerando que a teoria dos instintos forma a base da teoria da natureza humana que Veblen utiliza em sua abordagem institucional, este artigo buscará analisar este arcabouço teórico e os debates que estiveram a sua volta. Para isto, o trabalho se dividirá em quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda seção se concentrará na análise de como a teoria dos instintos contribuiu para a formação do corpo teórico geral de Veblen. Ainda nesta parte, analisar-se-á os tipos de instintos utilizados pelo autor para interpretar as instituições que dirigiram o processo de desenvolvimento das sociedades humanas, desde seus primórdios até as primeiras fases do capitalismo. A quarta seção mostrará as discussões existentes em torno da teoria dos instintos, como as críticas de Hodgson, Ayres e Knight, e, por outro lado, as justificativas encontradas para apoiar a abordagem vebleniana. Por fim, encerra-se com as considerações finais.

2. A Teoria dos Instintos de Veblen

A teoria dos instintos de Veblen, assim como sua concepção de hábitos, é concebida a partir das disputas intelectuais de inúmeros autores inspirados no debate evolucionista, que se tornou acalorado a partir da obra de Charles Darwin, *A Origem das Espécies*, publicada em 1859. O impacto desta obra foi tão surpreendente que transborda os limites das ciências naturais, atingindo em cheio diversos outros ramos do conhecimento como a sociologia, antropologia, psicologia e economia.

Conforme Hodgson (2004), o pontapé que deu início ao debate sobre a abordagem dos hábitos e instintos está nas discussões acerca das questões que envolvem a mente e a

consciência a partir da teoria evolucionária de Darwin. O princípio filosófico que aborda a necessidade de explicações pautadas em causas e efeitos cumulativos passou a ser aplicado não apenas para a evolução fisiológica das espécies. Neste caso, o darwinismo também considera a mente humana como resultado de processos evolucionários.

Diferentemente dos economistas neoclássicos, que formulam suas teorias partindo de uma natureza humana dada, passiva, imutável e de racionalidade hedonista, a abordagem institucionalista vebleniana compreende que os hábitos mentais, que estabelecem a intencionalidade, o comportamento e o discernimento, devem ser analisados a partir de processos de causação. Neste contexto, a ênfase de Veblen nos instintos e hábitos para explicar a ação humana foi herdada de William James (1890) e William McDougall (1908), que buscaram conectar as formas habituais de agir e pensar, e socialmente construídas, aos impulsos derivados da natureza humana.

2.1. O Impacto dos Princípios da Psicologia dos Instintos no Institucionalismo de Veblen

Compreende-se que os instintos, juntamente com os hábitos, compõem o principal pilar da natureza humana empregada na teoria institucionalista lançada por Veblen. Conforme Jensen (1987), toda teoria socioeconômica possui uma teoria sobre a natureza humana e, neste caso, para o institucionalismo vebleniano, esta é concebida a partir da psicologia dos hábitos e instintos, de William James e William McDougall, além da biologia evolucionária de Charles Darwin. A importância dada aos instintos é evidenciada já nas primeiras passagens do livro *The Instinct of Workmanship And the State of Industrial Arts*, publicado em 1914:

For mankind as for the other higher animals, the life of the species is conditioned by the complement of instinctive proclivities and tropismatic aptitudes with which the species is typically endowed. Not only is the continued life of the race dependent on the adequacy of its instinctive proclivities in this way, but the routine and details of its life are also, in the last resort, determined by these instincts. These are the prime movers in human behaviour, as in the behaviour of all those animals that show self-direction or discretion. Human activity, in so far as it can be spoken of as conduct, can never exceed the scope of these instinctive dispositions, by initiative of which man takes action. Nothing falls within the human scheme of things desirable to be done except what answers to these native proclivities of man. These native proclivities alone make anything worth while, and out of their working emerge not only the purpose and efficiency of life, but its substantial pleasures and pains as well. (VEBLEN, 1914, p. 1)

Esta obra é considerada um dos trabalhos fundamentais de Veblen, pois é onde se presencia uma sistematização mais acabada dos fundamentos de sua economia política (CAVALIERI, 2009). Inclusive é considerado pelo próprio autor como o mais importante de seus escritos, sendo os primeiros capítulos dedicados a examinar a formação dos instintos e as relações com os hábitos e as instituições (MONASTÉRIO, 1998).

Ao utilizar da psicologia dos hábitos e instintos, Veblen se preocupou em distanciar sua compreensão da natureza humana de qualquer reducionismo (HODGSON, 2004,

2007). A incorporação dos instintos na análise evitou uma concepção de indivíduo redutível à estrutura social. Ou seja, as instituições condicionam os pensamentos e ações dos agentes, mas devem respeitar os limites impostos pelas impulsões instintivas. Por outro lado, o autor impõe limites sobre os quais os hábitos mentais e as atitudes das pessoas se tornam determinadas pelas condições fisiológicas, como também rejeita a ideia de que os fenômenos sociais possam ser explicados apenas a partir dos indivíduos. Logo, a natureza humana e, conseqüentemente, a estrutura social, respondem tanto pela dotação instintiva quanto pela estrutura institucional desenvolvida cumulativamente ao longo do tempo¹. Conforme Hodgson (2004, p. 133):

Humans are biotic as well as social beings, so their biology cannot be ignored. Socio-economic evolution must thus be regarded 'as a substantial unfolding of life as well'. However, socio-economic phenomena were not seen as reducible to the biotic substratum. The 'theory of the social process' had to be compatible with, but also more than, the theory of the evolution of human life.

Essa posição é inclusive reforçada na crítica que Veblen faz a Marx no período em que o autor institucionalista foi editor da revista *Journal of Political Economy*, entre os anos de 1893 e 1897, na qual publicou onze trabalhos analisando o socialismo e o marxismo. Conforme Hodgson (2004), mesmo Veblen tendo sido influenciado pelas ideias do autor socialista, a crítica principal é que faltou nos escritos de Marx um tratamento adequado sobre a natureza humana. “*Veblen rightly argued that the mere class position of an individual as a wage labourer or a capitalist tells us very little about the specific conceptions or habits of thought, and thereby the likely actions, of the individuals involved*”² (HODGSON, 2004, p. 133).

Percebe-se que a incorporação dos instintos na teoria institucionalista ocorre a partir do esforço para fugir do determinismo social, ou seja, evitar utilizar uma concepção de indivíduo perfeitamente maleável pelas circunstâncias do ambiente. No geral, para Veblen, havia um limite para o condicionamento do indivíduo pela sociedade, e isto teria relação com os instintos. A posição de classe de um agente, empresário ou operário, não necessariamente levaria a uma determinada visão do mundo, e muito menos um padrão de ação específico. Neste caso, o fato de que as circunstâncias podem afetar profundamente os agentes não significa que estes sejam passíveis de constante ajustamento, havendo, portanto, limites fornecidos pela própria natureza humana (HODGSON, 2004).

A psicologia dos hábitos e instintos também critica as teorias darwinianas que defendem que a racionalidade humana tem evoluído gradualmente ao longo do tempo,

¹ Apesar da fuga de qualquer reducionismo, Veblen é reconhecido principalmente pela forte oposição as ideias hobbesianas sobre a natureza humana. Conforme Cavalieri (2009, p. 438) “Veblen é um defensor da ideia bastante presente em Montesquieu e que Crèvecoeur disseminou nos Estados Unidos: ‘o ambiente faz o homem’. O natural e o social. Quando Veblen combate a percepção hobbesiana da natureza humana - e em paralelo a marginalista e a darwinista social - ele está argumentando que tal ideia não combina com a preservação da espécie no seu ambiente natural”.

² Por outro lado, Veblen realiza uma análise semelhante, em essência, ao do autor socialista em seu *The Engineers and the Price System*, apontando certos comportamentos, hábitos e propensões instintivas e combinando com suas respectivas classes sociais.

partindo de graus menores de capacidade e autonomia - com predomínio das propensões instintivas em detrimento da razão nos estágios iniciais, verificados nos nossos ancestrais pré-humanos – até alcançar os níveis atuais de deliberação, banindo o protagonismo inicial dos instintos (HODGSON, 2004). Neste caso, a posição tanto de Veblen quanto dos autores da psicologia dos hábitos e instintos é de que a consciência, acompanhada da razão, não apareceu subitamente na mente do ser humano, e muito menos encostaram de lado os instintos. O que se defende é que a racionalidade não age de forma autônoma, mas sim através de mecanismos mentais menos conscientes, como os instintos. Em outras palavras, todo o aparato intelectual de nível de complexidade maior deve responder, de algum modo, às disposições instintivas. Veblen (1914, p. 6) trata essa questão da seguinte forma:

It is a distinctive mark of mankind that the working-out of the instinctive proclivities of the race is guided by intelligence to a degree not approached by the other animals. But the dependence of the race on its endowment of instincts is no less absolute for this intervention of intelligence; since it is only by the prompting of instinct that reflection and deliberation comes to be so employed, and since instinct also governs the scope and method of intelligence in all this employment of it.

Veblen deixa claro o contraste entre a noção de instinto utilizada em suas obras e aquela tomada como senso comum, verificada no trabalho de Jacques Loeb (1900). Para este, os instintos se limitam aos reflexos provocados por diversos tipos de estímulos no meio ambiente. Tais reflexos são também chamados de tropismas³. Já para o autor institucionalista, os instintos são mais do que meras impulsões reflexivas, envolvendo consciência e desencadeando a reflexão para tomadas de decisões de níveis de complexidade mais altas. Neste caso, a característica fundamental de um instinto é a sua capacidade de propor uma finalidade, de modo que a ação instintiva é uma categoria teleológica. O esquema geral estabelece que o instinto estimula o esforço cognitivo de maior nível na mente humana ao aflorar impulsos primários que direcionam os processos deliberativos que resultarão em ações inteligentes.

These various native proclivities that are so classed together as "instincts" have the characteristic in common that they all and several, more or less imperatively, propose an objective end of endeavour. On the other hand, what distinguishes one instinct from another is that each sets up a characteristic purpose, aim, or object to be attained, different from the objective end of any other instinct. Instinctive action is teleological, consciously so, and the teleological scope and aim of each instinctive propensity differs characteristically from all the

³ Loeb (1900, p. 6 – 8) define os instintos e sua característica tropismática nas seguintes palavras: “Instincts are defined in various ways, but no matter how the definition is phrased the meaning seems to be that they are inherited reflexes so purposeful and so complicated in character that nothing short of intelligence and experience could have produced them. (...) Among the elements which compose these complicated instincts, the tropisms (heliotropism, chemotropism, geotropism, stereotropism) play an important part. (...) It is evident that there is no sharp line of demarcation between reflexes and instincts. We find that authors prefer to speak of reflexes in cases where the reaction of single parts or organs of an animal to external stimuli is concerned; while they speak of instincts where the reaction of the animal as a whole is involved (as is the case in tropisms)”.

rest. (...) "Instinct," as contra-distinguished from tropismatic action, involves consciousness and adaptation to an end aimed at. (VEBLEN, 1914, p. 3 - 4).

A relação principal existente entre instintos e hábitos na abordagem vebleniana é que os primeiros fornecem os propósitos da vida dos homens, tanto no âmbito individual quanto em sociedade, enquanto o segundo configura as formas de perseguir estes objetivos.

The apparatus of ways and means available for the pursuit of whatever may be worth seeking is, substantially all, a matter of tradition out of the past, a legacy of habits of thought accumulated through the experience of past generations. So that the manner, and in a great degree the measure, in which the instinctive ends of life are worked out under any given cultural situation is somewhat closely conditioned by these elements of habit, which so fall into shape as an accepted scheme of life. (VEBLEN, 1914, p. 7)

Neste caso, os instintos são vistos como propriedades grosseiras, sem estabelecer uma forma aparente, atuando como uma espécie de energia a ser canalizada para alguma direção. Para James (1890) os instintos são categorias cuja classificação é obstaculizada por atuarem de um modo contínuo, onde as etapas de início, meio e fim não são tão aparentes como as ações postas em prática. Ou seja, as propensões podem permanecer mesmo após o cessar de uma ação, como também serem afloradas bem antes do ponto de partida de sua realização. Para o autor expoente do pragmatismo, um observador externo pode ser levado a concluir que não há qualquer propensão instintiva nos períodos de atividade inexistente, pois, aparentemente, *“the original impulse which got us homes, wives, dietaries, and friends at all, seems to exhaust itself in its first achievements and to leave no surplus energy for reacting on new cases”* (JAMES, 1890, p. 395). Além disso, os instintos têm uma característica “miscelânea”, causando relações de sobreposição, combinação e interferência entre distintas propensões, dificultando atribuir a cada ação um instinto correspondente. Isso é verificado em Veblen (1914, p. 11) na passagem que se segue:

It results that, on physiological grounds, the common run of human instincts are not to be conceived as severally discrete and elementary proclivities. The same physiological processes enter in some measure, though in varying proportions, into the functioning of each. In instinctive action the individual acts as a whole, and in the conduct which emerges under the driving force of these instinctive dispositions the part which each several instinct plays is a matter of more or less, not of exclusive direction. They must therefore incontinently touch, blend, overlap and interfere, and can not be conceived as acting each and several in sheer isolation and independence of one another. The relations of give and take among the several instinctive dispositions, therefore— of inoculation, "contamination" and cross purposes— are presumably slighter and of less consequence for the simpler and more apparently tropismatic impulses while on the other hand the less specific and vaguer instinctive predispositions, such as the parental bent or the proclivity to construction or acquisition, will be so comprehensively and intricately bound in a web of correlation and inter-dependence that hard and fast lines of demarcation can scarcely be drawn between them.

Assim, Veblen não se preocupa em identificar e analisar a infinidade de propensões atuantes e armazenadas na mente humana, nem em elaborar uma divisão real para o tratamento do comportamento dos indivíduos. O que o autor faz é abstrair da natureza humana alguns instintos e destacá-los de dentro de um emaranhado indiscriminável de

propensões, como é o caso do “*instinct of workmanship*”, de modo que esta adequação se torna mais uma construção teórica útil para os objetivos propostos (MONASTÉRIO, 1998). Como será visto nas próximas seções, cada inclinação está alinhada com um objetivo específico que direciona as ações humanas, como também as instituições.

Se os instintos são concebidos de forma grosseira, sobrepostos e combinados entre si, e sem nenhum modo de manifestação determinado – exceto pelos casos tropismáticos, os quais são referentes às reações reflexivas –, são os hábitos os responsáveis por dar forma às propensões afloradas pelo ambiente. A importância dos hábitos na realização dos objetivos propostos pelos instintos se deve pela frequência da mutação do ambiente. Isto pois, a característica de imutabilidade dos instintos, ao menos no curto prazo, os transformam em instrumentos impróprios para lidar com as necessidades mais imediatas em um contexto de constante mudança. Neste caso, os hábitos, sendo mais adaptáveis do que os instintos, são necessários para tratar as circunstâncias complexas e mutáveis, uma vez que operam sobre um conjunto crescente de conhecimento e, assim, elaborando meios para a realização dos impulsos.

Na abordagem vebleniana, tanto os instintos quanto os hábitos são de grande importância na explicação da conduta humana (VEBLEN, 1914). São dois elementos de natureza distinta mas complementares e interdependentes. Os instintos são considerados dotações inatas, incorporados às pessoas desde os primeiros instantes de vida. São propriedades biológicas e, portanto, hereditárias, transmitidas a partir dos genes. Já os hábitos são de natureza social, adquiridos e construídos ao longo da vida humana. Também são hereditários, mas sua transmissão se dá a partir das experiências compartilhadas entre vários indivíduos de diferentes gerações.

A importância dada por Veblen aos instintos em sua teoria enfrentou algumas oposições de autores dentro da própria corrente de pensamento institucionalista. Hodgson (2004), por exemplo, afirma que Veblen incorreu no erro de sobrevalorizar o componente instintivo da natureza humana em suas análises quando, para ele, os hábitos e instituições deveriam predominar. Mas os principais destaques se devem à Ayres (1921a) e Knight (1924), que criticaram o autor institucionalista por associar o comportamento humano aos tipos de instintos. Uma análise mais aprofundada sobre as principais críticas à teoria dos instintos de Veblen será feita mais à frente, na seção 3.

2.2. A Crítica ao Homo Economicus

A primeira aparição dos instintos como elemento de análise do comportamento dos agentes econômicos se deu no breve ensaio intitulado *The Instinct of Workmanship and the Irksomeness of Labor*, publicado em 1898 pela *American Journal of Sociology*. Neste trabalho o autor tem como intenção contestar a natureza humana utilizada nas obras dos autores neoclássicos de economia, representada pelo *homo economicus*. Veblen (1898b, p. 187) inicia questionando o princípio que estabelece que o “*man instinctively revolts at effort that goes to supply the means of life*”. A crítica vai em direção à teoria da utilidade

marginal⁴, a qual aborda o trabalho como uma desutilidade, ou desprazer. Por ser um meio de sobrevivência, o trabalho realizado pelo homem não deveria ser tratado desta forma. Neste momento, o contraponto do autor institucionalista se apoia nos elementos contidos na teoria da seleção natural de Darwin, com a afirmação de que seria impossível qualquer espécie emergir e se tornar estável se seus integrantes fossem dotados por qualquer aversão às atividades necessárias para a subsistência. Logo, o tipo de agente representado pelas características do *homo economicus*, idealizado pelos economistas neoclássicos, se torna uma anomalia devido à sua incoerência com o próprio processo de evolução. O autor institucionalista ironiza este arcabouço, afirmando que tal desvio de caráter somente poderia encontrar explicação se “*have been intruded into his make-up by some malevolent ex machina*” (ibid.).

A investida contra o *homo economicus* também acontece em “A Teoria da Classe Ociosa”. Já nos primeiros capítulos da célebre obra de 1899, o autor repudia o motivo imputado pelas doutrinas neoclássicas para explicar a luta pela riqueza por parte dos agentes econômicos. Nestas teorias a demanda por bens é interpretada como um esforço para garantia dos meios de subsistência e melhorias de bem estar. A principal crítica, neste ponto, é sobre a natureza imutável do indivíduo. Para Veblen (1899) este caráter de demanda é verificado apenas nos primeiros estágios de desenvolvimento das sociedades humanas, os quais eram caracterizados por um baixo nível de eficiência e domínio das técnicas produtivas. Neste período a demanda era essencialmente para suprir as necessidades básicas de sobrevivência, pois a quantidade de produção era insuficiente para qualquer outra finalidade. Porém, na medida em que a eficiência produtiva cresce outros propósitos surgem. A teoria econômica neoclássica incorpora a luta por riqueza no intuito de almejar padrões mais elevados de conforto e bem estar, porém, conforme o autor institucionalista demonstra, este objetivo não é condizente com o eterno esforço de acumulação. Ou seja, as melhorias no padrão de vida encontram certos limites e, a partir deste ponto a ampliação de patrimônio apenas se justifica por outros desejos.

Estes motivos adicionais, que não são contemplados pelo *mainstream* econômico, são explicados por Veblen a partir da introdução dos instintos. Veblen (1899) demonstra que o objetivo presente nos hábitos de acumulação tem como base a interação entre o instinto para a emulação e a passagem de um estágio de desenvolvimento pacífico para um predatório em uma sociedade. No estágio predatório a riqueza passa a ser perseguida não para suprir as necessidades fisiológicas, mas para conferir um status de honorabilidade ao seu possuidor frente aos demais integrantes do grupo. Para que isto ocorra é preciso que o domínio técnico dos meios de produção viabilize a comunidade a ultrapassar o nível de produção necessário para a manutenção da vida e, conseqüentemente, possibilite que uma parcela dos indivíduos se aproprie dos excedentes. As melhorias das condições produtivas, associadas com o instinto emulativo dos agentes, geram ainda outras transformações nas

⁴ O autor faz uma crítica mais aprofundada, de conteúdo metodológico, sobre a teoria da utilidade marginal em “*The limitations of marginal utility*” (1909).

instituições da sociedade que vão além dos hábitos de demanda, como a origem da propriedade privada e da classe ociosa.

Veblen busca nas propensões instintivas humanas não apenas criticar os pressupostos do *homo economicus* da economia clássica, mas também incorporar estes elementos na formulação de uma teoria de natureza humana que seja compatível com os princípios filosóficos darwinistas. Ou seja, seu objetivo é a transformação da economia em uma ciência evolucionária. Para isso, os instintos são fundamentais em sua abordagem, pois são os propulsores principais que desencadeiam as mudanças dos hábitos e instituições que, por sua vez, alteram todo o conjunto de regularidades do sistema. Esta intenção fica clara em seu *paper* de 1898, chamado “*Why is Economics not an Evolutionary Science?*”. Aqui o autor institucionalista menciona que o indivíduo hedonista não pode fornecer os elementos fundamentais para a compreensão dos fatos econômicos.

(...) human activity, and economic activity among the rest, is not apprehended as something incidental to the process of saturating given desires. The activity is itself the substantial fact of the process, and the desires under whose guidance the action takes place are circumstances of temperament which determine the specific direction in which the activity will unfold itself in the given case. (VEBLEN, 1899a, p. 390)

Logo, os instintos, juntamente com os hábitos, constituem elementos fundamentais para a composição do agente econômico na teoria institucional vebleniana, permitindo analisar os fenômenos por um prisma evolucionário, que se desdobra a partir de relações causais cumulativas. É a partir da teoria dos instintos que Veblen atribui a existência de múltiplas finalidades que ditam as ações econômicas dos agentes. Seu modelo teórico permite que cada objetivo seja explicado a partir de relações de causa e efeito, de modo que cada instinto é afluído levando em conta a interação dos seres humanos com o ambiente material e social de onde se encontram.

Neste sentido, o autor desenvolveu tipificações de instintos que dominaram a mente dos indivíduos em cada etapa do desenvolvimento cultural e, assim, ditaram a dinâmica social e econômica. Como será visto nos tópicos seguintes, cada propensão humana apresentada tem uma causa e, conseqüentemente, um efeito sobre o conjunto de hábitos e instituições, fazendo com que o componente dos instintos tenha posição de destaque na abordagem vebleniana.

2.3. O Instinto para o Artesanato e suas Imbricações com a Inclinação Parental e a Curiosidade Desinteressada

Apesar de se opor à visão do homem como um ser naturalmente avesso ao esforço produtivo, Veblen não nega que tal aversão tenha aparecido e se fortalecido na sociedade moderna. Para entender os desdobramentos que levaram uma parcela dos indivíduos a se comportarem como tal, Veblen (1898b) deduziu a existência de alguns instintos – dentro de um emaranhado indefinido de propensões – que se julga essenciais para explicar os comportamentos econômicos verificados ao longo da história.

O primeiro deles é o *instinct of workmanship*, traduzido como instinto para o trabalho eficaz ou instinto para o artesanato. Para Veblen (1898b), o homem é um ser ativo, que age sempre em busca de um propósito, de modo que esta característica se estabelece como uma propensão instintiva canalizada para a realização de algum fim concreto e objetivo. Tal propensão tem como finalidade a busca por eficiência no trabalho produtivo, aversão à futilidade e ações sem propósito. Conforme o autor, o instinto para o artesanato está presente em todos os agentes, sendo que a espécie humana somente pôde se adaptar e se desenvolver em seu meio ambiente por possuir esta propensão, a qual é considerada pelo autor "*the more generic, more abiding trait of human nature*" (VEBLEN, 1898b, p. 190).

Segundo o institucionalista norte americano, o instinto para o trabalho eficaz tem uma posição destacada dentre a maioria, pois nas relações de sobreposição, combinação e interferência que se estabelecem entre as inclinações "*there are few lines of instinctive proclivity that are not crossed and coloured by some ramification of the instinct of workmanship*" (VEBLEN, 1914, p. 29). As poucas linhas instintivas que não são tangenciadas pelo instinto para o artesanato são, em grande maioria, as propensões tropismáticas. Assim, o instinto para o artesanato age como propulsor dominante das atividades que requerem um nível mínimo de cognição, inclusive habilitando os hábitos para exercer um papel importante na realização.

No pensamento vebleniano percebe-se que o instinto para o trabalho eficaz é reconhecido como uma das propensões fundamentais da natureza humana, dominando a mente dos indivíduos em todos os estágios do desenvolvimento cultural. Por outro lado, não há muito o que dizer sobre a sua forma "pura", pois em grande parte das vezes, como se percebe nas obras do autor, ela atua em conjunto com outras inclinações. Na medida em que as sociedades vão avançando, outras propensões entram em cena e contaminam este instinto básico. Tal "contaminação" não o neutraliza, mas modifica seu modo de atuação.

Segundo Cavalieri (2009, p. 433), "Thorstein Veblen montou seu sistema a partir de instintos que podem interagir para produzir resultados que não estariam contidos na intenção original destas propensões básicas". Nas etapas iniciais do desenvolvimento das sociedades humanas, o autor associa o instinto para o artesanato com a inclinação parental (*parental bent*) como impulsos principais que direcionaram as ações dos indivíduos na cultura primitiva. Já nos períodos subsequentes, quando as comunidades se defrontaram com melhores condições de provimentos, entraram em cena a inclinação da curiosidade desinteressada (*idle curiosity*) e o instinto predatório.

No primeiro caso, a inclinação parental se refere à propensão dos indivíduos em se preocupar com o bem-estar das gerações vindouras, indo além da criação dos próprios filhos e abrangendo o grupo como um todo⁵. Cavalieri (2009, p. 328) resume a distinção entre o *workmanship* e o *parental bent*:

Se o instinto do trabalho eficaz deveria ser uma necessidade para a sobrevivência do indivíduo, levando os mais dotados com esta inclinação a sobreviverem durante o processo de seleção

⁵ A incorporação da inclinação parental nas obras de Veblen se deu pela influência da *Social Psychology*, de McDougall.

natural, a inclinação paternal seria o instinto que lidaria com a sobrevivência da espécie, do grupo como unidade biológica de seleção.

A conexão entre as duas propensões é verificada em diversos momentos da obra de 1914 do autor institucionalista. Ainda na introdução é citada a importância dos dois instintos para o sucesso da vida humana nos primeiros estágios de desenvolvimento:

Chief among those instinctive dispositions that conduce directly to the material well-being of the race, and therefore to its biological success, is perhaps the instinctive bias here spoken of as the sense of workmanship. The only other instinctive factor of human nature that could with any likelihood dispute this primacy would be the parental bent. Indeed, the two have much in common. They spend themselves on much the same concrete objective ends, and the mutual furtherance of each by the other is indeed so broad and intimate as often to leave it a matter of extreme difficulty to draw a line between them. Any discussion of either, therefore, must unavoidably draw the other into the inquiry to a greater or less extent, and a characterisation of the one will involve some dealing with the other. (VEBLEN, 1914, p. 25 – 26)

É possível compreender que a conexão entre o instinto para o artesanato e a inclinação parental serviu base à um conjunto de hábitos que foram essenciais para a sobrevivência da espécie. A contaminação do *workmanship* pelo *parental bent* originou no objetivo, por parte dos indivíduos, pela busca para a realização de atividades úteis mais especificamente voltadas para atender as necessidades da comunidade, e não apenas direcionadas para o atendimento dos desejos individuais. Assim, a aliança entre o instinto para o trabalho eficaz e o instinto parental tem como resultado o estabelecimento de hábitos que visavam realizar, de modo eficiente, atividades produtivas com serventia para o grupo.

Na medida em que a sociedade foi se desenvolvendo, dominando técnicas cada vez mais produtivas e melhorando o provimento dos meios necessários para a subsistência, outros instintos passaram a serem aflorados. Para Veblen (1898b, 1914) o avanço das condições materiais impacta o ambiente de interação e, conseqüentemente, permite aflorar outras inclinações instintivas na mente dos indivíduos, cuja realização se torna mais favorável. Este é o caso da inclinação para a “curiosidade desinteressada”.

Para Veblen, a inclinação para a curiosidade desinteressada é fortemente relacionada com a atividade da livre busca de conhecimento, despreendida de qualquer finalidade estipulada *a priori*. O conceito mais acabado deste instinto pode ser visto na obra de 1914, onde o autor define o referido instinto da seguinte forma: “*an ‘idle’ curiosity by force of which men, more or less insistently, want to know things, when graver interests do not engross their attention*”⁶ (VEBLEN, 1914, p. 86). Ou seja, a curiosidade desinteressada direciona o indivíduo para satisfazer seu desejo de desvendar as causas desconhecidas dos fenômenos de interesse, impulsionado unicamente pela vontade de conhecer a realidade.

Porém, é em seu artigo de 1906, publicado na *American Journal of Sociology*, com o título *The Place of Science in Modern Civilisation*, que o autor analisa mais profundamente este instinto. Neste trabalho, Veblen distingue as ações lideradas pela *idle*

⁶ Novamente, Veblen cita as referências das obras principais de James e McDougall, demonstrando que os referidos autores também concordavam com a existência de uma predisposição humana para a busca de conhecimento.

curiosity daquelas cuja carga cognitiva responde por um caráter mais pragmático. Se o conhecimento pragmático é utilizado para servir a um fim desejado, imbuído de propósito e utilidade, o aprendizado adquirido pela curiosidade desinteressada não necessariamente se enquadrará em qualquer sistema de usos. Nas palavras do institucionalista norte americano, “*This idle curiosity formulates its response to stimulus, not in terms of an expedient line of conduct, nor even necessarily in a chain of motor activity, but in terms of the sequence of activities going on in the observed phenomena*” (VEBLEN, 1906, p. 7). Consequentemente, tem-se que a gama de conhecimento derivado da curiosidade desinteressada pode ser útil para aplicações pragmáticas, mas o contrário não se verifica.

On the human plane, intelligence (the selective effect of inhibitive complication) may throw the response into the form of a reasoned line of conduct looking to an outcome that shall be expedient for the agent. This is naive pragmatism of the developed kind. There is no longer a question but that the responding organism is an "agent" and that his intelligent response to stimulus is of a teleological character. But that is not all. The inhibitive nervous complication may also detach another chain of response to the given stimulus, which does not spend itself in a line of motor conduct and does not fall into a system of uses. (VEBLEN, 1906, p. 6).

Desta forma, a disposição da curiosidade desinteressada guia as ações para a “perseguição do conhecimento a partir de objetividade quase cega”, sem pragmatismo, podendo ser cunhada como a propulsora principal do desenvolvimento da ciência moderna (CAVALIERI, 2009, p. 423). Além disso, o estoque de conhecimento acumulado a partir de ações empenhadas por esta propensão pode auxiliar na melhoria de diversas atividades, tecnologias, costumes e hábitos, embora a prática da investigação, ligada à curiosidade desinteressada, não tenha esta finalidade. Neste caso, para que o conhecimento derivado de uma ciência “neutra”, desapaixonada, seja revertido em algo produtivo, com resultado em inovações tecnológicas, rotinas e técnicas de produção mais eficazes, são necessárias ações com base no instinto para o artesanato. Logo, o instinto para o trabalho eficaz pode incorporar as novas informações, assimiladas a partir do esforço investigativo realizado via curiosidade desinteressada, para atender alguma pretensão útil, gerando práticas alternativas e mais eficazes.

Aliás, conforme demonstrado por Veblen (1906, 1914), o instinto da curiosidade é passível de contaminação pelo instinto para o artesanato. Uma vez que a inclinação para o trabalho eficaz faz uso de todo o conhecimento disponível, reduzindo e sistematizando toda a sabedoria adquirida via os esforços ligados à curiosidade desinteressada, de forma a torná-la útil para atingir os fins desejados, a contaminação ocorre a partir do momento em que a investigação científica é direcionada para atender os objetivos impostos pelo instinto para o artesanato. Desta forma, “*the large generality of human knowledge this will mean that the raw material of observed fact is selectively worked over, connected up and accumulated on lines of a putative teleological order of things*” (VEBLEN, 1914, p. 88). Este fenômeno, para o autor institucionalista, prejudicaria os avanços verificados na sociedade ocidental a partir do estabelecimento da ciência moderna, pois a capacidade de estudar os fenômenos de modo desapaixonado e impessoal, lidando somente com os fatos tangíveis, estaria comprometida.

Porém, segundo a interpretação de Veblen (1906) sobre o avanço científico ao longo do tempo, a tendência verificada a partir do século XIX é de maior impessoalidade e liberdade no trabalho investigativo. Nas palavras do autor “*Since the machine technology has made great advances, during the nineteenth century, and has become a cultural force of wide-reaching consequence, the formulations of science have made another move in the direction of impersonal matter-of-fact*” (VEBLEN, 1906, p. 17). Entretanto, a ciência moderna enfrenta certa resistência de uma parcela da sociedade em face de uma maior conveniência concebida, ao menos no curto prazo, do conhecimento pragmático. A pouca utilidade no curto prazo do conhecimento derivado da propensão da curiosidade desinteressada implica, em certos momentos, no mau julgamento dos “homens comuns”, ou seja, dos que não participam das atividades científicas. Estes indivíduos, dotados de habilidades supostas como supérfluas, “*are accounted dreamers, or in extreme cases their more sensible neighbours may even rate them as of unsound mind*” (VEBLEN, 1914, p. 87).

Ademais, deve-se ter em mente que o senso da curiosidade vã, em sua forma mais pura, desprendida de qualquer contato íntimo com o instinto para o artesanato, encontra melhor possibilidade de realização a partir dos momentos em que as necessidades mais básicas e imediatas dos indivíduos são satisfeitas. É o caso do período que o autor denomina de “Era das máquinas”, que compreende parte dos anos que precederam e dos que dataram a Revolução Industrial. Neste caso, é condição necessária a existência de um ambiente material suficientemente desenvolvido, que permita viabilizar a ausência do trabalho produtivo de uma parcela da comunidade para a realização de investigação dos referidos fenômenos de interesse.

Em suma, a inclinação para o trabalho eficaz é a mais relevante das propensões instintivas do homem, estando presente na maioria das atividades que desprende esforço para realização de algo útil. Pode agir tanto em sua forma “pura” quanto de maneira imbricada com outros instintos. As interconexões existentes nesta primeira classe de instintos têm como resultado a realização de ações imbuídas de propósito, voltadas para a sobrevivência e bem estar do grupo, estabelecendo, assim, um caráter mais comunitário e solidário na mente dos agentes. A exceção fica por conta da curiosidade desinteressada, na sua forma isolada, uma vez que ela atua livre dos interesses mundanos. Mas quando sobreposta com o instinto para o artesanato, ela gera esforços para a busca de melhorias de hábitos e técnicas produtivas.

Todavia, nem sempre o instinto para o artesanato opera de maneira benéfica. Pode-se separar uma segunda classe de instintos que, mesmo interagindo com o instinto para o trabalho eficaz, geram comportamentos e hábitos mentais de caráter egoísta, perseguindo objetivos que atendam apenas o âmbito individual. Estes são chamados de instinto para a emulação e instinto predatório, os quais serão abordados a seguir.

2.4. A Propensão para a Emulação e o Instinto Predatório

Em termos gerais, o instinto para o artesanato está em conflito com o impulso responsável pela aversão ao trabalho servil. Este último é chamado por Veblen de instinto para o esporte ou, como é comumente conhecido, instinto predatório. Tal propensão cria estímulos para atividades com o fim na valorização individual, cujo resultado é totalmente desnecessário perante o objetivo de manutenção das necessidades do grupo. Ou seja, está ligado às atividades que não têm relações com o processo produtivo, manifestando o desejo de demonstração de força que, por sua vez, serve de base para ações que visam infringir dano, moral ou físico, aos adversários.

Os exemplos mencionados são as guerras, a caça de grandes presas, atividades esportivas, a busca por acumulação de bens e ativos financeiros, e o consumo conspícuo. Entretanto, a inclinação para ações com fins predatórios não é considerada, pelo autor institucionalista, dominante na natureza humana, pois sua afloração ocorre “only in a species which has distanced all competitors, and then it prevails only by sufferance and within limits set by the former [instinct of workmanship]” (VEBLEN, 1898b, p. 190).

A inclinação predatória está intimamente ligada a outra propensão que, segundo as obras do autor, tem um papel tão fundamental no comportamento social quanto o instinto para o artesanato. Esta é a propensão para a emulação. É importante ter em mente que a emulação é uma propensão chave na teoria vebleniana, ganhando destaque em sua obra de 1899, *A Teoria da Classe Ociosa (Theory of the Leisure Class)*. Pode-se dizer que, na natureza humana, ela assume um nível de dominância e importância tão fundamental quanto o instinto para o artesanato. “With the exception of the instinct of self-preservation, the propensity for emulation is probably the strongest and most alert and persistent of the economic motives proper” (VEBLEN, 2007, p. 75). Cavalieri, (2009, p. 361) sintetiza o conceito de emulação como sendo a “atitude de um indivíduo de comparar-se com os demais desejando superá-los, sempre em algum aspecto que o faça ser coletivamente mais estimado, mais positivamente reconhecido em relação aos outros membros da comunidade”.

No entanto, nas diversas obras de Veblen, o caráter da emulação gera algumas dúvidas no que tange a sua categorização. Em alguns momentos é conceituado como uma propensão instintiva, enquanto que em outros é empregado o status de instituição. Esta distinção não é encontrada apenas entre os diferentes trabalhos, de modo que poderia ser justificada como uma mudança de expressão do próprio autor, mas verificada também em momentos distintos dentro de uma mesma obra. Assim, o que se percebe é que a emulação abarca um duplo caráter. Configura-se como instinto uma vez que exprime o desejo e objetivo de conquistar aceitação e, por vezes, admiração dos membros do grupo. É uma propensão inata, presente em todos os agentes, notado em todas as culturas e etapas do desenvolvimento humano. Já a sua qualidade de instituição é devido ao hábito que se estabelece entre os indivíduos de realizar comparações e agir de modo competitivo entre si.

Para Veblen (1898b) a propensão para o comportamento emulativo estava presente na mente do homem desde as primeiras fases do desenvolvimento cultural. Entretanto, as condições de vida neste período não possibilitavam que a busca por estima e o hábito de competir originasse comportamentos individualistas. O que acontecia neste estágio primitivo era que a emulação se dava no âmbito da eficiência produtiva (VEBLEN, 1899). Numa época em que as condições materiais básicas para a subsistência das sociedades não eram garantidas, a admiração e aceitação de um indivíduo pelo grupo era consequência de quão eficientemente este agia a partir das regras de conduta impostas pelo instinto para o artesanato. Neste tempo a seleção natural agia de forma a impedir ações egoístas, uma vez que as condições precárias do ambiente não permitiam um bom julgamento para aqueles que se comportavam de forma fútil, se abstendo do trabalho produtivo, ou realizando-o de forma ineficaz, desperdiçando os recursos escassos e necessários para a vida.

Logo, pode-se afirmar que a busca por estima inibiu o desvio do comportamento servil para a realização de ações individualistas, ao menos nos primeiros estágios da cultura primitiva. Se a realização de um esforço útil, imbuído de propósito, proporciona um nível alto de satisfação quando o agente é dominado pelo instinto para o artesanato, o prazer é potencializado quando resulta em reconhecimento por seus pares, uma vez que a propensão emulativa se encontra quase sempre ativada na mente de indivíduos que vivem em sociedade.

Sensitiveness to rebuke or approval is a matter of selective necessity under the circumstances of associated life. Without it no group of men could carry on a collective life in a material environment that requires shaping to the ends of man. In this respect, again, man shows a spiritual relationship with the gregarious animals rather than with the solitary beasts of prey. (VEBLEN, 1898b, p. 197).

Entretanto, conforme a análise de Veblen (1898b), a propensão para a emulação tende a alcançar outros níveis, na medida em que o hábito de comparação vai se tornando cada vez mais enraizado nas comunidades. Neste momento, a emulação contamina o instinto para o artesanato de tal forma que a busca pela eficiência por si só deixa de ser a finalidade norteadora das ações. O hábito de comparação e competição chega a tal ponto que a estima conferida à eficiência não é mais garantida apenas pelo cumprimento de determinado grau de qualidade convencionalmente estipulado. O apreço é conquistado apenas por aqueles que obtiveram desempenho superior nas tarefas realizadas. Nas palavras do autor:

The visible achievement of one man is, therefore, compared with that of another, and the award of esteem comes habitually to rest on an invidious comparison of persons instead of on the immediate bearing of the given line of conduct upon the approved end of action. The ground of esteem in this way shifts from a direct appreciation of the expediency of conduct to a comparison of the abilities of different agents. (VEBLEN, 1898b, p. 197).

Consequentemente, uma vez que o comportamento emulativo passa a comandar o estilo de vida dos indivíduos, o desejo de ser bem estimado se torna o impulso primário, em detrimento do instinto para o trabalho eficaz. O objetivo, então, passa a ser a manifestação de força e superioridade, e não mais de servidão e utilidade. Tal

desdobramento está em linha com o esquema desenvolvido pela psicologia dos hábitos e instintos. O que ocorre é que, os instintos para o artesanato e emulação criam um conjunto de hábitos que são utilizados para canalizar seus respectivos impulsos. Uma vez que a comparação e rivalidade passam a ser cada vez mais habituais no comportamento dos agentes, estes hábitos acabam delimitando o alcance dos instintos. Neste caso, a dominância do hábito para a emulação acaba por limitar os impulsos proferidos pelo instinto para o trabalho eficaz, enquanto, por outro lado, dá mais vazão para a propensão da busca por estima.

Interpretando os escritos do autor institucionalista, percebe-se que o instinto para a emulação é responsável por uma série de hábitos distintos ao longo dos diferentes estágios de desenvolvimento das sociedades humanas. Em cada época vigorou um conjunto de hábitos específicos, adaptados à respectiva realidade material, os quais respondiam ao impulso para a demonstração de superioridade individual frente aos demais. Nas culturas selvagens mais antigas, quando as comunidades eram ainda pequenas e as condições do ambiente eram de escassez e de dificuldade para adquirir os meios essenciais de sobrevivência, os hábitos de emulação abarcavam essencialmente aspectos ligados à eficiência produtiva, embora tais hábitos respondiam também, em grande medida, pelo instinto para o trabalho eficaz. Ao passo que, com o aperfeiçoamento do uso de ferramentas e do crescente controle sobre o meio ambiente, novas possibilidades de hábitos surgiram. Neste caso, o leque de opções que tangem o comportamento emulativo se expandiu de forma mais significativa quando comparado às ações ligadas ao instinto para o trabalho eficaz. Isto se deve pela facilidade com que as atividades envolvendo o trabalho produtivo passaram a ser realizadas, tornando difícil, por esta via, a demonstração de força e a conquista de destaque frente aos demais indivíduos. Surge então o início da fase bárbara, onde os hábitos mais estimados são aqueles ligados à prática da caça de grandes predadores e da guerra, apresentando uma forma de vida mais predatória.

As the industrial efficiency of the group increases, and as weapons are brought to greater perfection, the incentives to aggression and the opportunities for achievement along this line increase. The conditions favorable to emulation are more fully met. With the increasing density of population that follows from a heightened industrial efficiency, the group passes, by force of circumstances, from the archaic condition of poverty-stricken peace to a stage of predatory life. (VEBLEN, 1898b, p. 199)

É a partir deste momento da história humana que o chamado instinto predatório ganha o status de protagonista nos escritos do autor institucionalista. Os hábitos mentais de comparação e competição estabelecidos entre os indivíduos e o excedente de produção proveniente de uma estrutura industrial mais avançada criam condições para o afloramento de certa aversão ao trabalho servil. Enquanto o empenho na produção dos meios básicos para a subsistência da comunidade vai se tornando uma atividade cada vez mais repetitiva, padronizada e de fácil execução, menores são as possibilidades de demonstração de força e, com isso, maior dificuldade em obter estima a partir do trabalho industrial. Logo, a dedicação ao esporte, à caça e às guerras se tornam atividades gradativamente mais interessantes. Conforme Veblen (1898b, p. 199):

When a group emerges into this predatory phase of its development, the employments which most occupy men's attention are employments that involve exploit. The most serious concern of the group, and at the same time the direction in which the most spectacular effect may be achieved by the individual, is conflict with men and beasts.

É na cultura predatória que se inicia o estabelecimento de distinção entre as diferentes funções. O hábito de comparação faz com que somente aquelas atividades de maior dificuldade sejam passíveis de estima. “*The tradition of prowess, as the virtue par excellence, gains in scope and consistency until prowess comes near being recognized as the sole virtue*” (VEBLEN, 1898b, p. 199). Enquanto isto, o trabalho produtivo e servil passa a ser visto como desonroso, principalmente para os homens. Assim, os indivíduos honrados devem não apenas serem capazes de se envolverem em atividades ditas predatórias, como também se abster de qualquer ofício produtivo. Embora, muitas vezes, o esforço físico demandado pelas práticas das guerras e dos esportes sejam superiores ao que desprende no trabalho industrial e servil, basta que um indivíduo seja influenciado pelos hábitos ligados ao instinto predatório e da emulação para que tais inconveniências se tornem negligenciadas.

The irksomeness of labor is a spiritual fact; it lies in the indignity of the thing. The fact of its irksomeness is, of course, none the less real and cogent for its being of a spiritual kind. Indeed, it is all the more substantial and irremediable on that account. Physical irksomeness and distastefulness can be borne, if only the spiritual incentive is present. (...) Physical irksomeness is an incommodity which men habitually make light of if it is not reinforced by the sanction of decorum; but it is otherwise with the spiritual irksomeness of such labor as is condemned by polite usage. That is a cultural fact. (VEBLEN, 1898b, p. 201).

Por fim, o fortalecimento da cultura predatória e as boas condições materiais, que possibilitam a apropriação de excedentes produtivos por uma parcela da população, se tornam pré-requisitos para a institucionalização da propriedade privada e, conseqüentemente, da classe ociosa. Na medida em que os recursos extraídos a partir das caças e das guerras vão se tornando troféus para aqueles que realizaram tal feito – o que eram e ainda é, muitas vezes, condição necessária para o merecimento da estima – os bens passam a ser desejados não mais apenas pela sua utilidade, mas também pela honra conferida pela sua conquista. Deste modo, sendo a conquista da honorabilidade limitada apenas para uma parcela da comunidade, em especial os mais opulentos em termos comparativos, tem-se que o acúmulo de riqueza pelo motivo de ostentação de capacidade se torna um esforço sem fim. Com o avanço das capacidades industriais das sociedades, novos métodos de realização da propensão predatória são estabelecidos. O instinto predatório encontra outros hábitos de vida para a sua realização além daqueles já tradicionais, como a caça, as guerras e os esportes. O acúmulo e ostentação de riqueza se tornam, portanto, os principais hábitos predatórios, sendo realizados a partir da exploração e apropriação do trabalho de outros indivíduos.

3. A Oposição ao Uso dos Instintos em Teoria Econômica

A teoria dos instintos de Veblen foi um avanço bastante inovador e original para o campo das ciências econômicas. O objetivo era tanto se opor aos princípios do *homo economicus* da economia neoclássica quanto fornecer explicações, derivados da natureza humana, para alguns determinantes das instituições. Entretanto, alguns autores da própria corrente institucionalista se opuseram ao uso dos instintos em teoria econômica. Hodgson (2004), por exemplo, critica o foco relativamente maior dado aos instintos, em detrimento das instituições, nos escritos de Veblen. Para o autor, o papel dos instintos em ditar a produtividade seria menos importante do que as instituições sociais.

Conforme Hodgson (2004), Veblen incorreu em algumas contradições na sua teoria dos instintos no que se refere à crítica ao *homo economicus*. A primeira foi que, ao questionar o argumento neoclássico da existência de uma desutilidade do trabalho, devido à dominância de um instinto para o trabalho eficaz, Veblen (1898b) negligenciou os incentivos compensatórios que podem impulsionar os homens ao trabalho. A remuneração pecuniária pode ser concebida como o principal motor que motiva os agentes a realizarem certas atividades desagradáveis. A imposição pela força é outro motivo que impele os indivíduos ao trabalho, principalmente a partir do medo de privações. Além disso, a aversão ao trabalho produtivo encontra explicação dentro da própria teoria dos instintos de Veblen (1989b), quando se fala sobre a contaminação do instinto para o artesanato pela propensão para a emulação e o instinto predatório. Ou seja, que o desgosto pela produção é passível de incorporação no processo causal de seleção e evolução.

Outro autor institucionalista que faz críticas ao uso dos instintos para explicar o comportamento econômico e social dos indivíduos é Clarence E. Ayres. Para este, o principal problema é o perigo de arbitrariedade na definição dos tipos de instintos dominantes na mente humana: “(...) *to everyone who has ever tried to invent a new instinct that this classification of human instincts - which is by definition only another way of classifying "ends" or spheres of interest - is very ancient, quite indispensable, and absolutely arbitrary.*” (AYRES, 1921a, p. 564).

Esta crítica é também seguida por Frank H. Knight (1922), que ainda questiona a cientificidade da teoria dos instintos a partir da impossibilidade de quantificar todos os tipos de propensões inerentes à natureza humana, como também sua tipificação de forma objetiva. Tanto Knight quanto Ayres apresentavam argumentos influenciados pela onda positivista da época:

If instincts are to be scientifically useful, it must surely be possible to get some idea of their number and identity. But there has always been substantially unanimous disagreement on this point. Logically the choice seems to lie between a meaningless single instinct to do things-in-general and the equally meaningless hypothesis of a separate instinct for every possible act. (KNIGHT, 1922, p. 467).

Ayres (1921a) e Knight (1924) chamam atenção para o erro de tentar explicar todos os tipos de comportamento a partir de um instinto associado. Conforme estes autores, o uso dos instintos como categoria analítica têm implicações metodológicas que eliminam o

poder explicativo e preditivo da teoria. Isto pois, as justificativas encontradas são *ad hoc*, ou seja, qualquer tipo de comportamento humano seria rapidamente explicado por um novo instinto associado⁷. Também negavam a existência de qualquer mecanismo autônomo do contexto social que afetasse o comportamento dos indivíduos, mesmo que fossem derivados diretamente da natureza humana. Ambos compartilhavam a ideia de que o comportamento era “*the expression of conscious attitudes toward values whose content is largely na institutional product*” (KNIGHT, 1923, p. 155, *apud* ASSO & FIORITO, 2004, p. 548). Logo, a teoria institucionalista deveria se concentrar unicamente no estudo dos hábitos e instituições para explicar como os indivíduos se comportam e se organizam.

As críticas de Hodgson seguem a mesma linha que Ayres e Knight, porém estes têm uma posição mais radical quanto ao uso dos instintos na teoria institucionalista. Todos veem as instituições como essenciais para a compreensão do comportamento dos indivíduos, mas Hodgson não se opõe à noção de instintos como componentes da natureza humana, mas sim no que se refere à dominância das propensões inatas sobre os hábitos e instituições. Já Ayres vai além, afirmando que o homem é uma espécie “*free of instinct compulsions to particular set acts*” e que “*every act depends on the culture*”, de modo que o indivíduo é um ser totalmente passivo frente ao condicionamento institucional (AYRES, 1921b, p. 603).

Ayres (1921b) via nos instintos uma referência à selvageria, de forma que, se os indivíduos fossem dominados por tais inclinações, seria verificado um comportamento semelhante às demais espécies. Além disso, o autor concluiu que, se a distinção na dotação biológica pudesse explicar as diferenças de comportamento entre o homem e os demais animais, o mesmo valeria para explicar a existência de grandes variações comportamentais dentro da própria espécie humana. Para ele, isto somente poderia ser explicado pelas diferenças institucionais. Nas palavras do autor: “*Men act as they do – they are what they are – because of the societies in which they live*” (AYRES 1952, p. 13, *apud* JENSEN, 1987, p. 1055).

Outro problema sobre os escritos de Veblen é que o autor pouco tentou esclarecer a importância dos instintos em sua teoria, dando margem a interpretações diversas. Para Rutherford (1984) e Asso e Fioreto (2004), o autor institucionalista dá a entender, em alguns momentos, que os instintos tiveram importância em direcionar o comportamento humano apenas nas primeiras etapas do desenvolvimento cultural, na medida em que o arcabouço institucional ainda não havia desenvolvido a complexidade e difusão necessárias. Entretanto, se considera que esta posição de enfatizar as instituições em certas ocasiões vai no sentido de questionar o individualismo metodológico, que já se estabelecia

⁷ Esta crítica vai de encontro às ideias de autores que abusaram do uso dos instintos para a explicação do comportamento econômico e social, como é o caso de Carleton Parker, autor institucionalista fortemente influenciados pelos escritos de Veblen (ASSO & FIORITO, 2004). Em seu trabalho “*Motives in Economic Life*” (Parker 1918), o autor listou dezesseis tipos de propensões instintivas que dirigem as ações humanas, se distanciando da moderação de Veblen. Sobre a ampla gama de autores que fizeram uso dos instintos na economia e ciências sociais ver Snow (1924).

como visão dominante na época de Veblen⁸. Apesar destes questionamentos, no geral, pode-se afirmar que a imprescindibilidade dos instintos permaneceu na maior parte dos escritos do autor institucionalista norte americano⁹ (HODGSON, 2004).

Embora as críticas ao uso dos instintos nas ciências sociais tenham sido pertinentes, algumas observações devem ser feitas sobre o argumento que condena a postura de Veblen de destacá-los, em vez dos hábitos e instituições. A verdade é que o autor não tratou o comportamento econômico dos indivíduos como simples resultado dos instintos, mas sim como resultado da interação destes com os hábitos e instituições.

É importante ter em mente a sua definição de natureza humana: “*a coherent structure of propensities and habits which seeks realization and expression in an unfolding activity*” (VEBLEN, 1898a, p. 390). As instituições não apenas importam, mas também são fundamentais, pois oferecem os meios para a realização dos objetivos e desejos propostos pelos instintos, além de atuar no condicionamento da mente humana e influenciar, juntamente com o ambiente material, na seleção das propensões a serem realizadas.

Como já demonstrado, Veblen buscou se distanciar de qualquer reducionismo, orientando-se por uma visão intermediária, onde o indivíduo é determinado tanto por propensões inatas à sua constituição biológica, quanto por hábitos socialmente e historicamente construídos. Portanto, o autor não rejeitou a importância das instituições, e sim o seu exclusivismo¹⁰ na explicação do comportamento humano (HODGSON, 2004, 2007).

O motivo de Veblen ter dado amplo foco aos instintos em seus escritos se deve pelo esforço de explicar as próprias instituições. A intenção do autor é compreender como estas emergem a partir das relações humanas, e quais os seus limites e propriedades. Assim, uma vez que o comportamento e a forma de pensar dos homens são moldados pelo contexto institucional, tem-se que as instituições também devem ser examinadas considerando a natureza dos componentes pelos quais emergem, ou seja, a natureza humana.

A genetic inquiry into institutions will address itself to the growth of habits and conventions, as conditioned by the material environment and by the innate and persistent propensities of

⁸ Em “The limitations of marginal utility” (1909), ao questionar o individualismo metodológico, Veblen afirma que “an adequate theory of economic conduct, even for statical purposes, cannot be drawn in terms of the individual simply as is the case in the marginal-utility economics because it cannot be drawn in terms of the underlying traits of human nature simply; since the response that goes to make up human conduct takes place under institutional norms and only under stimuli that have an institutional bearing; for the situation that provokes and inhibits action in any given case is itself in great part of institutional, cultural derivation” (VEBLEN, 1909, p. 629).

⁹ Já nas primeiras páginas de seu “Instinct of workmanship” Veblen afirmava a importância dos instintos para a explicação da ação econômica dos indivíduos: “human activity, in so far as it can be spoken of as conduct, can never exceed the scope of these instinctive dispositions, by initiative of which man takes action” (Veblen 1914, p. 1). Esta ideia está também presente na outra obra de sucesso do autor, “A Teoria da Classe Ociosa”.

¹⁰ Esta posição de Veblen é evidente principalmente em sua crítica ao Marxismo. Para o autor, esta abordagem teórica pecou ao conceber o indivíduo como um ser determinado exclusivamente pelas circunstâncias sociais, “Who counts in the process solely as a medium for the transmission and expression of social laws and changes.” (VEBLEN, 1897, p. 137, apud HODGSON, 2007, p. 132).

human nature; and for these propensities, as they take effect in the give and take of cultural growth, no better designation than the time-worn "instinct" is available. (VEBLEN, 1914, p. 2-3).

Os hábitos mentais e instituições não pairam sobre o vazio. Eles resultam de interações resultantes das circunstâncias materiais e das inclinações dos agentes (HODGSON, 1998, 2000a). Estas interações não seguem objetivos aleatórios, mas sim definidos pelas propensões inatas à natureza dos homens. Sem instintos, ou qualquer outro elemento associado à constituição biológica humana, não haveria forma de explicar o surgimento das instituições a partir da própria interação social, pois o seu conteúdo acabaria sendo associado a elementos externos, como a existência de uma ordem natural de nível superior ou mesmo alguma entidade divina.

Portanto, entender a interação entre hábitos, instituições e instintos é essencial para analisar o comportamento individual e social dos seres humanos sem incorrer em qualquer tipo de reducionismo – social ou individual. Hodgson (1998, p. 189), inclusive, destaca o mérito de Veblen ao afirmar que este tipo de abordagem “*provides a consistency between the socio-economic and biotic levels of analysis, and establishes an important link between the socioeconomic and the natural world*”.

É importante enfatizar que a inserção de elementos instintivos na análise dos fenômenos socioeconômicos não significa que a explicação se dará em termos estritamente biológicos. Deve-se considerar que a abordagem institucionalista vebleniana trabalha com a noção da existência de distintos níveis de complexidade, onde os níveis superiores (social/macro) apresentam certas propriedades que emergem a partir da interação dos elementos componentes contidos nos níveis inferiores (instintos/indivíduo/micro).

O conceito de emergência se refere à ideia de que as propriedades verificadas em um sistema derivam de interações presentes em um nível sistêmico distinto, o qual gera um resultado que não pode ser redutível ao produto das partes componentes individuais. Em outras palavras, em sistemas complexos, a interação entre os elementos apresenta resultado maior do que a simples soma das partes. Para Hodgson (2000b, p. 112) “*novel properties may 'emerge' in a complex system that are not reducible to constituent micro-elements at a 'lower level'*”. Desta forma, as instituições – em um nível de complexidade superior – emergem a partir das interações entre os indivíduos, dotados de um conjunto de propensões e hábitos individuais, em um ambiente material determinado – representando um nível de complexidade inferior.

A enorme diversidade institucional verificada nas sociedades humanas é um indício do quão complexo são as interações. Em cada contexto prevalece um determinado tipo de cultura que reflete as formas de realizar as propensões inatas à natureza de seus indivíduos componentes. Ou seja, cada arcabouço institucional expressa a maneira como os homens de um grupo agem para alcançar os objetivos e desejos aflorados a partir das interações entre si e com o meio ambiente que os cercam. Para explicar cada tipo específico de costume é necessário se voltar para a história, observando o contexto material e os fatos que serviram de base para interação que, conseqüentemente, resultaram na referida forma de agir e pensar. Estes hábitos mentais, enraizados socialmente, não são diretamente

redutíveis aos instintos, pois não há um hábito específico para cada tipo de propensão. Entretanto, a cultura, as rotinas e convenções de um povo devem responder aos desejos e propósitos almejados do momento, caso contrário, um processo de mudança institucional entrará em curso.

(...) not mean that explanations of socio-economic phenomena have to be in biological terms. Socio-economic reality has emergent properties that defy such a reduction. They are different levels of analysis, but, ultimately, propositions at one level do have to be consistent with those at another. This is a key reason why economics has to take account of evolutionary biology. (HODGSON, 1998, p. 189).

Na medida em que as formas sucessivas de pensar e agir se institucionalizam, um novo nível de complexidade surge. Neste, as instituições ganham certa autonomia em suas propriedades e na sua dinâmica. Tornam-se, portanto, capazes de moldar os hábitos mentais individuais de todos os indivíduos da sociedade, além de selecionar os tipos de propensões instintivas a serem afloradas e realizadas. Porém, ambos os níveis – o das propensões instintivas e o das instituições sociais – permanecem conectados.

Em suma, tem-se um duplo processo de ajustamento entre instintos e instituições na abordagem. De um lado, as instituições devem permitir a constante realização dos instintos manifestados, enquanto restringe a manifestação de outras propensões. De outro, o processo de mudança institucional se inicia na medida em que o arcabouço dominante passa a impossibilitar a realização das propensões humanas afloradas. Logo, conclui-se que a teoria institucionalista vebleniana aponta para a necessidade de desenvolver uma abordagem geral, na qual há níveis de análise micro (instintos/indivíduo) e macro (instituições/social) com relativo grau de autonomia, mas também conectados por pontes conceituais explicativas.

Considerações Finais

A abordagem institucionalista de Veblen, em especial o seu uso da teoria dos instintos, oferece uma alternativa inovadora e original para contrapor a escola neoclássica e, com isto, avançar na tentativa de explicar os mais diversos fenômenos socioeconômicos. A concepção de indivíduo como um ser previamente dotado de uma função maximizadora fora profundamente atacada. Como contraponto, sugeriu-se uma via alternativa para o avanço da ciência econômica, a qual deveria convergir em direção às ciências ditas evolucionárias. Para isto, deveriam os economistas abrirem mão da aproximação com a física clássica, e buscarem a construções de teorias e modelos que apresentassem mecanismos capazes de explicar os processos de mudanças, pelos quais sofre constantemente o sistema social. Entre as ciências “modernas” e evolucionárias, Veblen (1898a) cita os casos da antropologia, psicologia e biologia como inspiração para sua a proposta de mudança de paradigma na economia.

Sua principal questão na oposição aos economistas neoclássicos era de que o indivíduo deveria ser explicado a partir de relações de causalção cumulativa, indo em linha com os princípios filosóficos darwinianos. Isto implica na pressuposição de que as formas

habituais de pensar e agir dos agentes econômicos devem ser explicadas e não pressupostas. Assim, Veblen se torna o precursor de uma abordagem teórica que estabelece a existência de instituições – mais especificamente hábitos mentais enraizados socialmente – como mecanismo principal para a determinação da ação econômica.

Entretanto, a análise vebleniana não termina nos hábitos e instituições, pois, para o autor, estes também devem ser explicados. Tendo em vista que as instituições são resultantes da interação social, e que a sociedade é formada por indivíduos, a inclusão da natureza humana na análise é condição necessária para os propósitos da corrente institucionalista original. Assim, Veblen fez uso de sua teoria dos instintos para explicar os aspectos acerca dos sentidos das instituições. Para isto, argumenta-se que são as propensões dos indivíduos que fornecem o propósito para a ação, enquanto os hábitos e instituições ficam com a responsabilidade de realizarem os objetivos impostos pelos instintos humanos aflorados no ambiente de interação.

No geral, o intuito de Veblen foi de contrapor qualquer tipo de reducionismo. A noção de instintos utilizada pelo autor evitou uma concepção de indivíduo redutível à estrutura social. Embora se aceite que as instituições condicionam os pensamentos e ações dos agentes, elas apresentam limites impostos pelas impulsões instintivas. Por outro lado, o risco de incorrer no individualismo metodológico está afastado, pois o institucionalismo vebleniano estreita as margens sobre as quais os hábitos se tornam determinados pelas condições fisiológicas dos agentes, como também rejeita a ideia de que os fenômenos sociais sejam redutíveis às propriedades biológicas do ser humano. Logo, concebe-se uma teoria institucionalista em que tanto indivíduo quanto instituições se constituem como elementos componentes de um sistema indivisível e complexo, apresentando propriedades emergentes que são irreconhecíveis em caso de fragmentação do todo.

Apesar desta teoria ter grande importância no pensamento de Veblen, ela foi fortemente negligenciada pelas abordagens institucionalistas subsequentes. Tanto a Nova Economia Institucional, próxima à corrente neoclássica, quanto a Economia Política Institucionalista, de cunho heterodoxo e desenvolvimentista, deixaram de lado a necessidade de se concentrar sobre os impulsos da mente humana para compreender as instituições. Diante disto, sugere-se a criação de uma agenda de pesquisa que incorpore estes elementos da abordagem vebleniana no debate institucionalista contemporâneo.

Referências

- ASSO, P. F.; FIORITO, L. Human nature and economic institutions: instinct psychology, behaviorism, and the development of American institutionalism. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 26, n. 4, p. 445-477, 2004.
DOI: <https://doi.org/10.1080/1042771042000298706>
- AYRES, C. E. Instinct and Capacity--I: The Instinct of Belief-in-Instincts. **The Journal of Philosophy**, v. 18, n. 21, p. 561-565, 1921. DOI: <https://doi.org/10.2307/2939519>
- AYRES, C. E. Instinct and Capacity--II: Homo Domesticus. **The Journal of Philosophy**, v. 18, n. 22, p. 600-606, 1921. DOI: <https://doi.org/10.2307/2939757>
- AYRES, C. E. **The Industrial Economy: its Technological Basis and Institutional Destiny**. Houghton Mifflin, 1952.
- CAVALIERI, M. **O Surgimento do Institucionalismo Norte-Americano: Um Ensaio Sobre o Pensamento e o Tempo de Thorstein Veblen**. Belo Horizonte: UFMG. 2009. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado).
- CLARK, J. M. Economics and Modern Psychology: I. **Journal of Political Economy**, v. 26, n. 1, p. 1-30, 1918.
- HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, v. 36, n. 1, p. 166-192, 1998.
- HODGSON, G. M. What is the essence of institutional economics?. **Journal of Economic Issues**, v. 34, n. 2, p. 317-329, 2000a.
DOI: <https://doi.org/10.1080/00213624.2000.11506269>
- HODGSON, G. M. From micro to macro: the concept of emergence and the role of institutions. **Institutions and the Role of the State**, p. 103-26, 2000b.
- HODGSON, G. M. **The evolution of institutional economics**. Routledge, 2004.
- HODGSON, G. M. Some myths of Veblenian institutionalism. **Thorstein Veblen and the Revival of Free Market Capitalism**. Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA: Edward Elgar, p. 127-47, 2007.
- JAMES, W. **The Principles of Psychology**, volume 2, London: Macmillan, 1890.
DOI: <https://doi.org/10.1037/11059-000>
- JENSEN, H. E. The theory of human nature. **Journal of Economic Issues**, v. 21, n. 3, p. 1039-1073, 1987. DOI: <https://doi.org/10.1080/00213624.1987.11504696>
- KNIGHT, F. H. Ethics and the economic interpretation. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 36, n. 3, p. 454-481, 1922. DOI: <https://doi.org/10.2307/1886033>
- KNIGHT, F. H. Some books on fundamentals. **Journal of Political Economy**, v. 31, n. 3, p. 342-359, 1923. DOI: <https://doi.org/10.1086/253520>

KNIGHT, F. H. The limitations of scientific method in economics. **The Trend of Economics**, p. 229-267, 1924.

LOEB, J. **Comparative physiology of the brain and comparative psychology**. GP Putman's Sons, 1900. DOI: <https://doi.org/10.1037/13738-000>

MCDUGALL, W. **An Introduction to Social Psychology**, 1st edn London: Methuen, 1908. DOI: <https://doi.org/10.1037/12261-000>

MONASTERIO, L. M. **Guia para Veblen: um Estudo Acerca da Economia Evolucionária**. Pelotas: Edufpel, 1998.

PARKER, C. H. Motives in economic life. **The American Economic Review**, v. 8, n. 1, p. 212-231, 1918.

RUTHERFORD, M. Thorstein Veblen and the processes of institutional change. **History of Political Economy**, v. 16, n. 3, p. 331-348, 1984.
DOI: <https://doi.org/10.1215/00182702-16-3-331>

SNOW, A. J. Psychology in economic theory. **Journal of Political Economy**, v. 32, n. 4, p. 487-496, 1924.

TEAD, O. **Instincts in industry, a study of working-class psychology**. Houghton Mifflin Company, 1918.

VEBLEN, T. Review of Max Lorenz, Die Marxistasche Socialdemokrae. **Journal of Political Economy**, v. 6, n. 1, p. 136-137, 1897.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science?. **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, n. 4, p. 403-414, 1898a. DOI: <https://doi.org/10.2307/1882952>

VEBLEN, T. The instinct of workmanship and the irksomeness of labor. **American Journal of Sociology**, v. 4, n. 2, p. 187-201, 1898b.
DOI: <https://doi.org/10.1086/210791>

VEBLEN, T. **Theory of the Leisure Class** (Oxford World's Classics). Transaction Publishers, 2007, [1899].

VEBLEN, T. The place of science in modern civilization. **American Journal of Sociology**, v. 11, n. 5, p. 585-609, 1906. DOI: <https://doi.org/10.1086/211429>

VEBLEN, T. The limitations of marginal utility. **Journal of political Economy**, v. 17, n. 9, p. 620-636, 1909. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1744137409990063>

VEBLEN, T. (1914). **The Instinct of Workmanship, and the State of the Industrial Arts**, New York, Augustus Kelley. Reprinted (1990) with a new introduction by Murphey, MG and a 1964 introductory note by Dorfman, J., New Brunswick.

WATTS, F. **An Introduction to the Psychological Problems of Industry**. London: Allen & Unwin, 1921.